

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO PCD



A Direção do PCD, reunida em 24 de Junho de 2018, analisou a situação política nacional, designadamente no que concerne ao alegado processo de tentativa de assassinato do I Ministro Patrice Trovoada. Após análise do comunicado do Ministro da Defesa e Ordem Interna, bem como das declarações públicas do Primeiro-ministro, vem o PCD declarar o seguinte:

1 – O PCD tem-se manifestado sistemática e peremptoriamente contra todos os atos que visem a subversão da ordem constitucional em São Tomé e Príncipe, nomeadamente, os que vêm sendo praticados pelo I Ministro e seu Governo, assim como pelo Grupo Parlamentar do ADI. Nestes termos, tendo o referido caso sido entregue ao Ministério Público para efeitos de investigação, o PCD exorta as autoridades judiciais competentes a levarem a cabo as suas funções com independência, isenção, competência e profissionalismo. Caso as acusações venham a ser julgadas procedente, devem as autoridades judiciais adoptar as medidas que se impõem, estritamente com base nas leis em vigor.

Exortamos, igualmente, o Ministério Público à investigar as outras denúncias sobre mandantes de Golpes de Estado e assassinatos que deram entrada naquela instituição.

2 – Embora sem nos surpreender, o PCD considera impróprio o papel jogado pelo Ministro da Defesa e Ordem Interna, através do seu comunicado, no qual assumiu mais o seu papel de dirigente efetivo da Polícia Secreta e de cariz repressivo do que de membro de governo num Estado de Direito Democrático. Não cabe, ao Primeiro- Ministro nem ao seu Ministro da Defesa, a condução da investigação criminal, nem o julgamento ou a condenação pública prévia de um suspeito, nem tampouco lhes cabe o envio de ordens ou diretivas a magistrados, com ameaças à oposição, através dos meios da Comunicação Social.

3 - Sublinhe-se que independentemente dos factos, cujos contornos esperamos venham a ser rapidamente esclarecidos, existe uma clara orquestração de VITIMIZAÇÃO, por um lado, e por outro uma tentativa de AMEDRONTAR as forças de oposição.

O aumento dos preços do combustível parece ter sido motivo maior para escolha da data; a expressão forçada de tristeza e luto do Chefe do Governo durante este novo episódio das suas enfadonhas novelas na Televisão Pública não deixam margem para dúvidas sobre as suas verdadeiras intenções, nomeadamente:

- Desviar a atenção da população sobre os graves problemas que mais afetam o povo são-tomense;
- Aparecer uma vez mais como vítima inocente aos olhos do povo;
- Buscar pretexto para perseguir os políticos da oposição;
- Legitimar e reforçar a presença de tropas estrangeiras nos serviços de sua segurança pessoal, e;
- Finalmente, adiar o calendário eleitoral de acordo com as suas estratégias e ambições políticas.

4 - O PCD considera positiva a pronta reacção do Governo português, face a qualquer tentativa de subversão da ordem pública em STP e conseqüentemente, em defesa do Estado de Direito Democrático. Neste quadro, queremos renovar o nosso apelo ao Estado e ao Governo português, no sentido de se pronunciarem com igual afinco sobre o golpe de Estado institucional que se vem aprofundando neste país, mediante repetidas e flagrantes violações da Constituição da República, perpetradas pelo I Ministro e seu Governo, assim como pelo Grupo parlamentar que o sustenta.

O PRESIDENTE

Arlindo Vicente de A. Carvalho